

Produção, comércio e mediação política a serviço da catequese: os colégios e as fazendas da Companhia de Jesus no Rio de Janeiro e em Córdoba (séc. XVIII)

The Society of Jesus and its imperial connections in the 18th century

Marcia Amantino

Universidade Salgado de Oliveira
marciaamantino@gmail.com

Eliane Cristina Deckmann Fleck

Universidade do Vale do Rio dos Sinos
ecdfleck@terra.com.br

Resumo: O objetivo deste texto é discutir a presença da Companhia de Jesus na capitania do Rio de Janeiro e em Córdoba, na atual Argentina, na segunda metade do século XVIII, demonstrando como seus religiosos, por meio da produção de suas fazendas, engenhos e *haciendas*, participaram não só das disputas locais pelo poder, mas também e, principalmente, atuaram como agentes comerciais e culturais nas diversas regiões que compunham os impérios coloniais ibéricos e como mediadores entre os interesses das duas coroas e os da ordem jesuítica. Para evidenciar o papel que os colégios, fazendas e *haciendas* desempenharam tanto na conformação do poder e dos privilégios desfrutados pelos inicianos, quanto das redes de circulação de mercadorias e saberes mantidas pela Ordem, recorreremos aos inventários dos colégios do Rio de Janeiro e de Córdoba, demandados após os decretos de expulsão aplicados em 1759, no caso da América portuguesa, e, em 1767, para a América espanhola.

Palavras-chave: Companhia de Jesus; Rio de Janeiro; Córdoba; Colégios; Fazendas; Redes comerciais e culturais.

Abstract: The aim of this paper is to discuss the Society of Jesus presence in the captaincy of Rio de Janeiro and in Córdoba (presente-day Argentina), in the second half of the 18th century, demonstrating how these religious, through the production of their farms, mills and haciendas, participated not only of local disputes for power, but also, and mainly, acted as commercial and cultural agents in the various regions that made up the Iberian colonial empires and as a mediator between the interests of two crowns and the Jesuit order. To highlight the role that colleges, farms and haciendas played both power conformation and privileges enjoyed by Ignatian, as the networks of movement of goods and knowledge held by order we use the inventories of the colleges in Rio de Janeiro and Córdoba, demanded after the expulsion decrees applied in 1759, in the case of Portuguese America, and in 1767, to Spanish America.

Keywords: Society of Jesus; Rio de Janeiro; Córdoba; Colleges; Farms; Commercial and cultural networks.

Artigo recebido para publicação em: Março de 2016

Artigo aprovado para publicação em: Maio de 2016

O cristianismo, em suas origens e ainda hoje, apresenta-se como uma religião com propostas universalistas, tendo em sua essência a crença de que todo homem é suscetível a conhecer a verdadeira fé e se converter, bastando para isso que a palavra de Deus seja propagada. Entretanto, ao iniciar essa propagação, os agentes do cristianismo entraram em contato com povos de culturas variadas e, para conseguir seu intento, que era converter o maior número de pessoas, precisaram adaptar suas crenças e seus valores. Mas tratava-se de um processo de conversão lento e gradual e que, ao avançar, sofria mudanças ao mesmo tempo que as provocava nos povos a serem convertidos.

Como consequência desse processo gradual de expansão e convívio com povos de culturas variadas, principalmente judeus e muçulmanos, houve, inicialmente, um empenho de aceitação de outras religiões – marcado por maiores ou menores conflitos – dependendo dos acordos políticos e econômicos feitos com as elites locais. Para Stuart Schwartz, “a relação duradoura entre as três culturas [o cristianismo, o judaísmo e o islamismo] conferiu traços bastante característicos à natureza do desenvolvimento sócio, cultural e político na Espanha e em Portugal”.¹

No final do processo de Reconquista da Península Ibérica, no século XV, o contexto religioso já havia mudado. O avanço dos guerreiros cristãos sobre terras ocupadas pelos islâmicos sustentava-se também na ideia de guerra santa. Combater os infiéis era uma obrigação dos cristãos e as Cruzadas não só interferiram nos rumos políticos, econômicos, como também nos religiosos das nações envolvidas. O ponto culminante desse processo de expansão do poderio português e, conseqüentemente, do avanço do cristianismo para outras regiões, deu-se com as navegações iniciadas no século XV, as quais marcaram, pela primeira vez, a ligação entre diferentes partes do planeta propiciando uma grande circulação de pessoas, produtos variados, bens e ideias.² De acordo com João Paulo Oliveira e Costa, os portugueses eram

Então os grandes protagonistas da história universal, ao provocarem o movimento que aproximou irreversivelmente toda a Humanidade e que globalizou as suas relações, e foram de facto, responsáveis pelo início da propagação do Evangelho no meio mundo que lhes coube pelo Tratado de Tordesilhas (1494), desde o Brasil até o Japão.³

A partir do contato com povos diferentes decorrente da expansão marítima, e, ainda mais com o advento da Reforma e da Contrarreforma, a ideia de pluralismo religioso deixou de fazer parte das crenças ibéricas. Buscava-se uma unidade a fim de manter a todo o custo a

¹ SCHWARTZ, Stuart B. *Cada um na sua lei: tolerância religiosa e salvação no mundo Atlântico Ibérico*. São Paulo: Companhia das Letras; Bauru: Edusc, 2009. p. 75.

² GRUZINSKI, Serge. *Las cuatro partes del mundo: história de una mundialización*. México: FCE, 2010.

³ COSTA, João Paulo de Oliveira e. “A Diáspora missionária”. In: MARQUES, João Francisco e GOUVEIA, Antônio Camões (dir). *História religiosa de Portugal*, v. II, Lisboa: Círculo de leitores/Centro de História Religiosa, 2000. p. 259.

coesão não apenas religiosa, mas também política.⁴ A Europa passava por um período de guerras religiosas, portanto a implementação do Santo Ofício, na Espanha em 1478 e em Portugal em 1536 e a instalação do Concílio de Trento (1545-1563) foram exemplos desta preocupação com a doutrina e os dogmas que necessitavam ser impostos a todos, ou pelo menos, a um grande número de pessoas.⁵

Para o estabelecimento e desenvolvimento de seu projeto de expansão marítima, Portugal teve que contar com investimentos privados, capital e tecnologia estrangeira, ainda que sob o controle da Coroa. Nessas novas áreas coloniais, foi estabelecido um sistema de produção em larga escala com emprego de mão de obra escrava e com uma forte ligação com a exportação. Lisboa transformou-se, assim, num centro distribuidor de produtos e conhecimentos náuticos para a Europa, enquanto recebia produtos agrícolas e minerais de suas áreas coloniais ou sob sua influência. Para ela, confluíam quantidades de ouro, marfim e escravos, que eram redistribuídos para várias cidades europeias, asiáticas e também para algumas regiões da África.⁶

A situação mudou drasticamente quando, em 1492, Castela e Aragão, já vitoriosos das lutas de reconquista de seu território aos mouros, conseguiram chegar às novas terras, denominadas Índias Ocidentais. Começava efetivamente a disputa territorial e imperial entre as duas maiores potências católicas do período moderno.

Sabe-se que na época moderna, era impossível separar os assuntos ligados à política e à economia dos religiosos, que mantinham também estreita relação com o processo de consolidação do reino português e espanhol e de suas expansões. Na obra *A Igreja Militante e a Expansão Ibérica, 1440-1770*, Charles Boxer⁷ demonstrou que a instituição presente em todos os cantos do império colonial português foi a Igreja, concluindo que “para o bem ou para o mal, os pioneiros espirituais ibéricos tiveram papel crucial na expansão ultramarina da Europa que deu início à formação do mundo moderno”.⁸ Da mesma maneira, Jonathan Wright, referindo-se ao contexto dos descobrimentos e da evangelização dos novos povos contatados pela Coroa espanhola, afirmou que “La misión siempre fue compañera del império. Era inevitable, era una cuestión de logística”.⁹

⁴ Com relação à Península Ibérica, Schwartz ressalta que, ainda que houvesse a busca pela unidade, ela nunca foi conseguida totalmente, nem entre os que não professavam a fé católica e nem mesmo entre os fiéis, apesar de todos os esforços da Igreja e da Coroa para normatizar a doutrina e, principalmente, as práticas cotidianas. Cf. SCHWARTZ, S.B. *Cada um na sua lei*, p. 73.

⁵ O avanço da infidelidade, das heresias e as transformações decorrentes da Renascença e da Reforma Religiosa mereceram a preocupação da Igreja Católica que buscou, através do Concílio de Trento, definir novos conceitos de evangelização e missão e reafirmar os dogmas cristãos. O espírito tridentino apregoava que a Igreja deveria ser vista como sociedade dos fiéis cristãos, que viviam sob a autoridade do Papa, espalhados pelas diversas nações. Em consequência disso, o conceito de missão e de evangelização estavam profundamente ligados aos aspectos visíveis da fé e à supervalorização dos sacramentos do batismo e do matrimônio.

⁶ FONSECA, Jorge. *Escravos e senhores na Lisboa quinhentista*. Lisboa: Colibri, 2010. p. 79.

⁷ BOXER, Charles R. *A Igreja Militante e a Expansão Ibérica, 1440-1770*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

⁸ *Ibid.*, p. 9.

⁹ WRIGHT, Jonathan. *Los Jesuítas: Uma história de los “soldados de Dios”*. Buenos Aires: Debate, 2005. p. 117. Sobre o poder que a Igreja exercia na sociedade portuguesa, ver: HESPANHA Antonio Manuel de.

Ao assumirem que a expansão portuguesa possuía uma motivação religiosa, que era a de cristianizar os povos recém-contatados, que viviam, segundo os cristãos europeus, em um mundo caracterizado por idolatrias e pelo desconhecimento da palavra divina, a Coroa precisou de aliados e um de seus maiores foi a Companhia de Jesus. A Ordem, que havia sido fundada em 27 de setembro de 1540, por Inácio de Loyola, era mais uma resposta às transformações que estavam em curso na Europa assolada pelas reformas protestantes, iniciadas no início daquele século.¹⁰ A Companhia se caracterizava, sobretudo, pela especial atenção à formação de seus religiosos, à ideia de salvação própria pelos bons atos e pelas virtudes pessoais¹¹ e, principalmente, à unidade da Ordem sob a obediência ao seu superior e ao papa.¹² Entre seus principais objetivos estavam converter os pagãos através da missão, punir os hereges e infiéis e difundir o catolicismo pelo mundo¹³ para, assim, evitar o avanço do protestantismo, sobretudo, nas regiões recém-incorporadas aos impérios ibéricos católicos.¹⁴

Pouco tempo depois de criada, ao final da primeira metade do século XVI, seus religiosos já estavam espalhados por diferentes partes do Império luso e, pode-se dizer que foram o braço religioso da expansão, por atuarem em nome de Deus e dos reis portugueses.¹⁵ Estiveram também muito próximos às pessoas que ocupavam postos essenciais de comando, tornando-se, em razão disso, confessores e conselheiros de reis, de governadores, de autoridades, razão pela qual, muitas vezes, inspiraram receios, desconfianças e traições.¹⁶

Se em 1549, os primeiros jesuítas lançaram as bases de sua ação missionária na América portuguesa, somente em 1555, os espanhóis instalados no Paraguai solicitariam a presença de missionários jesuítas para o atendimento espiritual dos colonos e para a conversão dos indígenas já pacificados. Apesar de a Ordem ter sido incluída entre as autorizadas a atuar nos domínios coloniais pelo Conselho das Índias, em 1566, os jesuítas tiveram que aguardar a autorização de Felipe II. Em 1568, oito missionários foram enviados ao

"A Igreja: o poder eclesiástico, aspectos institucionais". In: HESPAÑA, Antonio Manuel de. *História de Portugal: o Antigo Regime (1620-1807)*. Lisboa: Estampa, 1998. p. 257-267.

¹⁰ Embora a ocasião não fosse propícia para a criação de uma nova ordem eclesiástica, face à convicção de alguns prelados de que seu número deveria ser reduzido, Paulo III concedeu a aprovação final e formal da Companhia de Jesus através da Bula *Regimini Militantis Ecclesiae*, de 1540.

¹¹ É importante observar, ainda, que para Loyola o ideal de santidade tem uma maior significação do que a ciência ou outros dons humanos, o que fica visível na VI Parte das constituições, que determina a cada jesuíta que ame a pobreza, renunciando a tudo o que possui e toda a recompensa por serviços prestados. Esta gratuidade de serviços obrigou a Companhia, na vasta rede de colégios que instalou, a fornecer educação sem retribuição alguma.

¹² EISENBERG, José. *As Missões Jesuítas e o Pensamento Político Moderno*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000, p. 32.

¹³ Como reflexo da reação escolástica ao avanço reformista e como manifestação humanista inserida no processo renascentista, a Companhia de Jesus criou uma nova linguagem e uma nova disposição para suas concepções de fé e de salvação. A vocação de servir, idealizada por Loyola, foi transformada então, na ideia de missão, que passou a moldar indiscutivelmente o pensamento e a prática da Companhia de Jesus.

¹⁴ TAVARES, Célia Cristina da Silva. *Entre a cruz e a espada: jesuítas e a América portuguesa*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 1985.

¹⁵ Pode-se dizer que o apostolado da Companhia de Jesus atingirá, indistintamente, as cortes e as classes populares, com o intuito de moldar um novo homem cristão com formação humanística.

¹⁶ GARAVAGLIA, Juan Carlos. *Economía, sociedad y regiones*. Buenos Aires: Ediciones de la Flor, 1987. p. 144. Ver também: SÁ, Isabel dos Guimarães. *Estruturas eclesiásticas e acção religiosa*. In: BETHENCOURT, Francisco e CURTO, Diogo Ramada (dir.). *A expansão marítima portuguesa, 1400-1800*. Lisboa: Edições 70, 2010. p. 274.

Peru, onde passaram a atuar exclusivamente no ensino, sendo que o trabalho de missão junto aos índios se deu somente após a Congregação Provincial de Cuzco, em 1576. A ideia de fundar missões no Paraguai, esboçada ainda em 1552, pelo padre Leonardo Nunes, se concretizaria somente três décadas depois, mediante o deferimento do pedido do bispo de Tucumán ao Provincial do Brasil, padre Cristóvão Gouveia. Em 1588, três padres jesuítas passaram a pregar para brancos e índios em Assunção e no Guairá, em Villarica e Ciudad Real e também em Xerez, na Província do Itatim.

Os primeiros tempos foram difíceis, pois as missões eram itinerantes e os batismos, embora numerosos, não revertiam numa conversão definitiva e no abandono das condutas tidas como inaceitáveis. Somavam-se a extensão da província – desmembrada da Província do Peru em 1593 – e as dificuldades encontradas para o sustento dos quatro padres e dois irmãos que dependiam das esmolas que recebiam dos espanhóis e dos alimentos que os indígenas lhes ofertavam. Em 1601, o padre geral Aquaviva, após ouvir o padre Diego de Torres Bollo, decidiu reunir as regiões do Rio da Prata, Tucumán e Chile numa província independente, com o nome de Província Jesuítica do Paraguay.¹⁷ Em 1607, o padre Diego Torres, acompanhado de doze missionários, regressou da Europa com a missão de assumir o Provincialato. Para discutir as diretrizes básicas da ação a serem adotadas pela Companhia de Jesus na nova província, Diego de Torres organizou, no ano seguinte, a 1ª Congregação Provincial. Embora estivessem bem claros os principais impedimentos ao trabalho de conversão dos índios, entre eles, o serviço pessoal, foram definidas como objetivos a conquista do território da província e a catequese dos indígenas, através de um projeto de caráter humanístico, político e civilizador que se diferenciava do aldeamento: a redução.¹⁸

Por estarem intimamente enredados nos interesses das coroas ibéricas, os jesuítas quase sempre foram vistos, tanto pelos seus próprios religiosos quanto pelas populações

¹⁷ A antiga *Província Jesuítica do Paraguay* abrangia, na época colonial, limites mais extensos que os da moderna República Paraguai. Recebendo o nome do rio que a banhava, compreendia uma imensa região que se estendia entre o Brasil e o Peru até o Prata e o Oceano Atlântico. O antigo *Paraguay* limitava-se, ao norte, com a capitania de São Vicente, pois a linha imaginária que a separa dos territórios de Portugal, passava sobre o Iguape, no atual estado de São Paulo; ao sul, com o Rio da Prata; a leste com o Oceano Atlântico e a oeste com a Província de Tucumán, atualmente território argentino. Os atuais estados brasileiros do Paraná, de Santa Catarina, do Rio Grande do Sul e o sul do Mato Grosso, subindo daí até a bacia do Amazonas, eram jurisdição do Paraguai. O Uruguai e a Argentina, com exceção de Tucumán, igualmente estavam sob sua jurisdição. No atual território boliviano, o Paraguai limitava-se com a Província de Santa Cruz de la Sierra.

¹⁸ O termo redução foi empregado na América em três acepções, significando, em alguns casos, o processo de congregar índios infieis em povoados; o próprio povoado e, ainda, o conjunto de povoados considerados unitariamente por razões geográficas ou missionais. De acordo com Kern, as reduções guaranis foram, a partir da segunda metade do século XVII, transformadas em “doctrinas” ou paróquias sob a jurisdição diocesana local. Neste trabalho, o termo redução será tomado em seu sentido mais amplo, designando as povoações de índios guaranis em processo de conversão ou já convertidos (1982, p. 9). Cabe lembrar que as reduções não se limitaram a concentrar os indígenas em povoados, mas também submetê-los a “una vida política y humana”, levando-os a abandonar certos comportamentos em desacordo com a moral e a religião cristã, tais como a antropofagia, a poligamia e a nudez. Entendidas como “unidades políticas básicas sobre as quais se estruturava o Império”, as reduções instaladas na América platina se constituíram em espaço alternativo às formas de exploração do trabalho indígena existente, foram administradas por um ou dois jesuítas e chegaram a contar com uma população até 4 mil indígenas concentrados em suas instalações. Ver mais em: KERN, Arno. *Missões: uma utopia política*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982, p. 66.

coloniais, como mais um dos representantes dos reis nas diferentes áreas dos seus respectivos impérios ultramarinos. Para as autoridades e para os religiosos, a catequese e o controle sobre a vida da população, livre ou não, eram entendidos como formas eficazes de transformar aquelas pessoas em súditos leais às coroas católicas e, portanto, mais dóceis e cumpridoras de seus deveres.

A despeito das dificuldades iniciais – tanto com os indígenas quanto com os colonos – e das críticas que recaíam, desde o século XVII, sobre a Ordem, o bispo de Buenos Aires, após visitar dezessete reduções jesuíticas, em 1740, informava ao rei espanhol que os religiosos haviam conseguido transformar os índios em fiéis súditos: “puede V.M. oy contar con todos los pueblos”.¹⁹ As demonstrações de fidelidade ao monarca se davam nas milícias que asseguravam a defesa do território, no auxílio prestado na construção da fortaleza de Montevideo e no fornecimento de armas, cavalos e munições.

Apesar dos relatos que dão conta do êxito das iniciativas da Companhia de Jesus na América luso-espanhola, não se pode reduzir a Ordem a um corpo único e sem fissuras. Em seu interior ocorreram inúmeras disputas por conflitos de ideias e de tomadas de decisões e, em variados momentos, os padres se recusaram aberta ou disfarçadamente a obedecer a seus superiores ou mesmo aos seus respectivos reis, ignorando a chegada de documentos oficiais. Tratava-se de uma ordem complexa, globalizada e que nem sempre tinha interesse em ceder aos ditames dos que não conheciam profundamente a realidade americana como eles.

Fato inquestionável é que desde os primeiros anos de sua atuação na América, os jesuítas dedicaram-se à conversão dos indígenas; todavia, perceberam que o sistema de aldeias em que viviam, dispersos pelas matas, dificultava sobremaneira o trabalho de evangelização. Assim, Nóbrega, desenvolveu a ideia da criação dos aldeamentos que seria, depois, estendida a várias outras partes do continente.²⁰ Nesses espaços, chamados também de reduções, as populações indígenas passaram a se fixar e a se dedicar à produção voltada para a exportação dos gêneros agrícolas ou extrativistas. Em várias regiões, esses aldeamentos ou reduções eram estabelecidos próximos ou dentro das terras pertencentes às fazendas inicianas e isso facilitava sobremaneira a utilização dos indígenas nas fainas agrícolas.²¹ Além disso, essa proximidade permitia trocas culturais, afetivas e sexuais entre os índios e os escravos das fazendas/*haciendas*, gerando uma população mestiça que foi identificada nas listagens dos escravos realizadas no momento de sequestro das

¹⁹ Informe que remite a S.M. Católica el Ilustrísimo Señor Don Fray Joseph Peralta. In: BERETARIO, S. *Cartas edificantes y curiosas de las misiones extranjeras y de Levante por algunos misioneros de La Compañía de Jesús*, traducidas por Diego Davin, de la misma compañía. Madrid: Imprenta viuda de Manuel Fernandez y del Supremo Consejo de la Inquisicion, 1753-1767. Citado por SANCHEZ, Javier Burrieza. *Jesuítas en Indias: entre la utopia y el conflicto trabajos y misiones de la Compañía de Jesús en la America Moderna*. Valladolid: Universidad de Valladolid, 2007. p. 395.

²⁰ EISENBERG, José. *As Missões Jesuíticas e o Ppensamento Político Moderno*, p. 89-123; FERNANDES, Eunícia. *A Companhia de Jesus na América*. 1. ed. Rio de Janeiro: Puc Rio e Contra Capa, 2013; POMPA, Cristina. *Religião como tradução: missionários, Tupi e Tapuia o Brasil colonial*. Bauru: Edusc, 2003.

²¹ Em registros de batismos realizados por jesuítas na capitania do Rio de Janeiro, há casos evidentes de casais formados por índios e por escravos batizando seus filhos. Os colonos, em inúmeros documentos, queixavam-se às autoridades que os padres impediam a escravização dos índios e os colocavam nos aldeamentos apenas para tê-los como mão de obra disponível para suas próprias propriedades.

fazendas/*haciendas*.²² Data de 1602, o primeiro relato acerca do convívio entre índios e negros em terras inicianas no Rio de Janeiro. O padre Pero Rodrigues informou que o colégio já possuía “pretos de Guiné” e que estes viviam com os índios nas terras jesuíticas de Iguazu e ali trabalhavam em roças e serviam nas “obras e em outras cousas”.²³ Em janeiro de 1618, o alferes Gaspar de Quevedo e sua mulher venderam terras aos padres do Colégio de Córdoba, que as denominaram de Jesús Maria. No mês seguinte, o casal, que era encomendeiro dos índios de Guanusacate, doou aos padres o tributo que eles lhes pagavam. Tratava-se de vinte e dois índios que, daquele momento em diante, passaram a ser tributários do colégio Máximo de Córdoba. O historiador jesuíta Joaquim Gracia afirma não ter notícias do que aconteceu com esse grupo de índios, mas supõe que os padres da Companhia de Jesus os mantiveram na *hacienda* como mão de obra.²⁴

Não se pode desconhecer, como bem observado por Leandro Catão, que “a Companhia de Jesus era uma instituição que possuía ramificações econômicas em todo o mundo católico”.²⁵ Isso significa reconhecer que a Ordem, ao longo dos séculos XVI, XVII e XVIII, ampliou significativamente suas atividades econômicas, participando do comércio das especiarias no Oriente e no estado do Grão Pará e Maranhão, no comércio de seda na China, no comércio de africanos e de marfim na África, além de comercializar produtos ou angariar pagamentos provenientes de aluguéis e ou arrendamentos de suas propriedades urbanas e rurais em praticamente todos os continentes. O processo de universalização da Companhia havia se dado *pari passu* com o avanço do cristianismo pelos quatro cantos do mundo, mas as Luzes alteraram a percepção do mundo, a política não era mais a mesma e as relações entre os jesuítas e a sociedade tomaram novos rumos.

A Companhia de Jesus na América do Setecentos

Se, em 1759, após inúmeras tratativas políticas, os padres da Companhia de Jesus foram expulsos de Portugal e de todas as suas possessões coloniais por ordem do rei D. José I, em 1767 foi a vez dos que viviam na Espanha e em seus territórios. Seis anos depois, a 21 de junho de 1773, era publicado o breve papal suprimindo completamente a ordem.

Analisando apenas a situação dos jesuítas que viviam na América, é interessante perceber que a expulsão da Ordem se deu em um momento em que eles desfrutavam de um inquestionável poder econômico e, conseqüentemente, político. Para tanto, desenvolveram

²² AMANTINO, Marcia. Os escravos da Companhia de Jesus no Rio de Janeiro e em Córdoba (Argentina) no momento dos sequestros de seus bens (1759 e 1767). In: *RIHGB*, ano 175, n. 464, jul./set. 2014. p. 199-222.

²³ Informação das águas e terras do Colégio do Rio de Janeiro que dei para se fazerem engenhos no ano de 1602. Rio de Janeiro, 30 de junho de 1602. *ARSI*, Brasília 8, História, 1574-1619, p. 10. Citado por Abreu, Maurício de. *Geografia histórica do Rio de Janeiro*, v. 2, 32.

²⁴ GRACIA, Joaquim. *Los jesuítas em Córdoba: desde la Colonia hasta la segunda Guerra Mundial*. Córdoba: Universidad Católica de Córdoba, 2006, v. 1, p. 392.

²⁵ CATÃO, Leandro Pena. *Sacrílegas palavras: Inconfidências e presença jesuítica nas Minas Gerais durante o período pombalino*. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Minas Gerais, Minas Gerais, 2005.

diversas formas de atuação junto às populações locais que lhes permitiram acumular terras e mão de obra, sinais distintivos próprios de uma sociedade do Antigo Regime, na qual a riqueza era medida exatamente por estas posses, o que lhes possibilitou desenvolver uma “eficiência produtiva” baseada no modelo escravista capaz de sustentar todo o projeto missionário.

Ao compararmos a estruturação das fazendas, dos engenhos e das *haciendas* na América portuguesa e espanhola, quer por meio de doações de particulares ou de autoridades, quer por compras ou trocas, percebemos que os motivos alegados pelos padres para a obtenção e o acúmulo de terras foram os mesmos. Elas eram necessárias para a manutenção do projeto missionário, pois através delas assegurariam a autonomia financeira para a manutenção de seus diferentes projetos catequéticos (aldeamentos, reduções, incursões aos sertões), colégios e para o socorro aos que necessitavam de ajuda. De acordo com Edda Samudio,

Para los ignacianos, las actividades económicas estuvieron al servicio de Dios por constituir medios para procurar los recursos materiales que garantizaban el logro de los objetivos máximos de la Orden, equiparándolas en ese sentido a las espirituales y religiosas. De esa manera, en la conducción de los complejos económicos se conjugaban permanentemente la pauta económica y la ética jesuítica.²⁶

Além das justificativas serem as mesmas nas duas realidades coloniais, a ideia de estruturação desses espaços também foi idêntica, ainda que os contextos econômicos, políticos, sociais e naturais fossem condições que, muitas vezes, levaram os padres a adaptarem seus planos. Analisando comparativamente fazendas, engenhos e *haciendas*, percebe-se que, por meio dessas propriedades, os religiosos da Companhia de Jesus acabaram controlando grandes extensões de terras, tornando-se com isso, membros de uma elite agrária. Suas organizações econômico-administrativas e de gerenciamento de mão de obra, tanto livre quanto escrava, eram realizadas segundo normas racionais de gestão. Isso significa que havia controle das tarefas a serem executadas e vigilância sobre os responsáveis em fazer as estruturas agrárias funcionarem. Os bens excedentes ou os que eram produzidos especialmente destinados para a exportação eram comercializados e, para isso, a localização das propriedades era um importante fator. Em função disto, elas eram sempre localizadas em pontos cruciais, estratégicos ao escoamento dos produtos: nas principais rotas comerciais, próximas a rios navegáveis e a portos e ao redor ou dentro dos aldeamentos e reduções a fim de ter garantida a mão de obra. Segundo Josefina Pianna, os estabelecimentos jesuíticos formariam um “sistema”, no qual circularam “productos y hombres” e as estâncias estiveram

²⁶ SAMUDIO Aizpurúa, Edda. La cotidianidad esclavas en las *haciendas* del Colegio San Francisco Javier de Mérida. *Procesos Históricos*, Universidad de los Andes, v. I, n. 1, enero, 2002. p. 5.

“estrechamente associadas a las rutas y a los tráficos que, desde fines del siglo XVI, se van dibujando en el território”.²⁷

Essas propriedades precisavam ter uma rentabilidade assegurada e, para isso, os padres lançaram mão de variadas técnicas de produção e de manejo de ambiente, sempre em busca de uma autossuficiência que os levaria a não depender dos mercados locais e nem de suas flutuações de preços e ofertas. Grande parte dessa rentabilidade estava assegurada por meio do controle de uma expressiva mão de obra indígena (livre ou cativa) e/ou negra escrava. Ainda que indígenas aldeados ou das reduções e escravos negros tivessem estatutos sociais diferenciados, ambos os grupos trabalhavam em parceria no interior de inúmeras propriedades jesuíticas. Tanto na América portuguesa quanto na América espanhola, essas estruturas contavam com oficinas de carpintaria, de ferraria, olaria, tecelagem, padaria, as ligadas à agricultura, à pesca, à caça e à criação de animais de pequeno, médio e grande porte.²⁸

Independentemente de onde estivessem instaladas as propriedades ou mesmo os religiosos, uma importante e constante remessa de dinheiro e de bens e mercadorias era enviada para os colégios da Companhia na Europa ou para aqueles que estivessem necessitando de ajuda econômica. A riqueza produzida nas propriedades da Ordem, no entanto, não chegava às mãos dos monarcas e isso será uma das causas das acusações e dos conflitos que ocorrerão a partir da segunda metade do século XVII.²⁹ A Companhia de Jesus, contudo, assegurava que todo o lucro de suas diferentes atividades era reinvestido em seu projeto catequético, nas diferentes regiões onde atuavam, não havendo o entesouramento da Ordem.

O modelo escravista cristão que adotaram funcionou porque, além de serem senhores, eram também ou, pelo menos assim faziam questão de aparentar, modelos de virtudes que deveriam ser seguidas pelos que quisessem a salvação.³⁰ Mantendo uma disciplina entre os trabalhadores, escravos ou não, baseada na moral religiosa com alicerce no batismo, no casamento, nas festas religiosas e no trabalho, os jesuítas conseguiram montar e manter um poderio econômico nas regiões onde se estabeleceram, acabando por concorrer abertamente

²⁷ PIANNA, Josefina. *Las rutas de las técnicas y de los hombres: la Compañía de Jesús en la jurisdicción de Córdoba, siglos XVI al XVIII*. Córdoba: Instituto Goethe, 2010. p. 113.

²⁸ FLECK, Eliane C. Deckmann e AMANTINO, Marcia. Uma só ordem religiosa, duas coroas: os colégios da Companhia de Jesus do Rio de Janeiro e de Córdoba (séculos XVI-XVIII). *Antíteses*, v. 7, n. 14, p. 442-468, jul./dez. 2014.

²⁹ ALVERO, Luis Alejandro. Una aproximación al pensamiento económico de los jesuitas del Río de la Plata. Primera mitad del siglo XVII. *Revista de Historia de América* 132 (Jan-June 2003), p. 191.

³⁰ O modelo escravista cristão foi definido por Ronaldo Vainfas como sendo “um cativo de estilo cristão. Cativo moderado, justo, racional, tentável, equilibrado. Cativo perfeitamente adequado às regras e dogmas do Concílio de Trento e completamente imune às rebeliões”. Cf. VAINFAS, Ronaldo. Jesuítas, escravidão colonial e família escrava: a especificidade do nordeste seiscentista. In: SILVA, Francisco Carlos Teixeira da (Org.). *Escritos sobre a História e educação: homenagem à Maria Yedda Linhares*. Rio de Janeiro: Mauad; FAPERJ, 2001. p. 216. A origem dessa hipótese está em VAINFAS, Ronaldo. *Ideologia e escravidão: os letrados e a sociedade escravista no Brasil colonial*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1986.

com os demais colonos e lavradores. Isso os transformou em um incômodo à economia local e mesmo à do império. Daí suas diversas expulsões – parciais e definitivas.³¹

Ainda que, já desde a segunda metade do século XVI, os religiosos da Companhia de Jesus estivessem circulando por um imenso território pertencente aos reis católicos, neste artigo privilegiaremos aspectos de sua presença na capitania do Rio de Janeiro e na região de Córdoba, no atual território da Argentina, na segunda metade do século XVIII, momento em que a Ordem se encontrava consolidada e desfrutava, conseqüentemente, de expressivo poder econômico nas duas regiões. As duas cidades, Rio de Janeiro e Córdoba, eram no século XVIII, importantes centros coloniais dos impérios ibéricos, atuando sistematicamente como núcleos redistribuidores de mercadorias para o interior e também para o exterior. Desde pelo menos o século XVII, uma das principais mercadorias exportadas, ainda que clandestinamente, pelo porto do Rio de Janeiro para o de Buenos Aires, eram os escravos. Desse porto, os africanos seguiam para Córdoba e de lá, eram enviados para Potosi, Assunção e Chile. Além destes, Córdoba enviava também as mulas, produto basilar de sua economia.

A partir da análise dos inventários realizados no momento do sequestro de seus bens, feitos pelos desembargadores do Rio de Janeiro e de Córdoba, pode-se ter ideia do volume de sua produção, da extensão de suas terras e mão de obra, bem como suas relações comerciais com outros centros coloniais e com as metrópoles.³² Nos autos de inventários e sequestros das fazendas/*haciendas* jesuíticas, produzidos em decorrência das ordens de expulsões, estão registradas as extensões das terras, suas qualidades, o que produzem e as quantidades, o número de escravos, suas famílias, doenças, idades, qualidades, ocupações, as oficinas e as ferramentas. Além disso, eram apresentadas também as partes que compunham as casas principais dos padres, o que havia em cada um dos cômodos, os utensílios de cozinha, de quartos, da botica, da enfermaria e os livros da biblioteca. Os autos de inventários e sequestros possuem, portanto, um universo de informações que permitem ao historiador acessar o complexo mundo rural do século XVIII, mais especificamente, daquele vivenciado por uma ordem religiosa.³³ Por meio dessa documentação também é possível conhecer um

³¹ AMANTINO, Marcia. A expulsão dos jesuítas da capitania do Rio de Janeiro e o confisco de seus bens. In: *Revista do IHGB*, ano 170, n. 443, 2009, p. 169-192.

³² Arquivo Nacional Torre do Tombo, Catálogo Desembargo do Paço, Repartição da Corte, Extremadura e Ilhas. 1759-1760 - maço 2038, cx. 1978. Auto de inventário da Fazenda da Papucaia, do Engenho Velho; de São Cristovão; da Fazenda de Santa Cruz. No Arquivo do Ministério da Fazenda; Códice 81.20.16. Auto de inventário da fazenda de São Cristovão de 1759; Códice 81.20.16. Auto de sequestro na Fazenda de São Cristovão e terras dela pertencentes em 1759; TANODI, Branka (Org.). *Temporalidades: Colégio Máximo de Córdoba, estâncias jesuíticas, inventário 1771: secuestro de los bienes*. Córdoba: Encuentro Grupo Editor, 2011 (transcrição dos inventários das propriedades jesuíticas localizadas em Córdoba realizados no ano de 1771).

³³ A historiografia brasileira tem dado pouca importância à análise das fazendas inicianas. Dentre os principais trabalhos podem ser destacados: LEITE, Benedito F. *História de Santa Cruz*. Rio de Janeiro: s.d.; VIANA, Sônia Baião Rodrigues. *Fazenda de Santa Cruz e a crise do sistema colonial (1790-1815)*. *Revista de História de São Paulo*, XLIX, n. 99, 1974; ENGEMANN, Carlos. *Os Servos de Santo Inácio a serviço do Imperador: Demografia e relações sociais entre a escravaria da Real Fazenda de Santa Cruz, RJ. (1790- 1820)*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002; ENGEMANN, Carlos. *De laço e de nós*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2008; ENGEMANN, Carlos; AMANTINO, Marcia. *Santa Cruz: de legado dos jesuítas a pérola da Coroa*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013. AMANTINO, Marcia. *A fazenda jesuítica de São Cristovão: espaços de sociabilidades cativas e mestiças - Rio de*

pouco mais as estruturas econômicas inicianas, já que essas fazendas/engenhos eram responsáveis pela geração de renda que permitia a continuação do projeto missionário desenvolvido junto aos grupos indígenas.

Interessa-nos também identificar como os padres jesuítas, através de suas fazendas, *haciendas* e engenhos, participaram não só das disputas locais pelo poder, mas também e, principalmente, atuaram como agentes econômicos e culturais entre os diferentes cantos do império português e espanhol, mantendo contatos entre seus colégios e servindo de mediadores entre os interesses reais e os da ordem jesuítica.

A descoberta do ouro em Minas Gerais, ao final do século XVII, aliada à presença de um importante grupo de comerciantes, que atuava redistribuindo mercadorias chegadas no porto para regiões interioranas da colônia e também realizando contrabandos com Buenos Aires (desde meados do século XVI), fez com que a capitania do Rio de Janeiro se tornasse uma

Janeiro, século XVIII. In: PAIVA, Eduardo França; IVO, Isnara Pereira e AMANTINO, Marcia. *Escravidão, mestiçagens, ambientes, paisagens e espaços*. São Paulo: Annablume, 2011, v. 1, p. 139-164; FERLINI, Vera Lucia Amaral. *O Engenho Sergipe do Conde: contar, constatar e questionar*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1986; COUTO, Jorge. *O Colégio Jesuítico do Recife e o destino de seu patrimônio (1759-1777)*; SCHWARTZ, S. *Segredos Internos: Engenhos e escravos na sociedade colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995; SOUZA JUNIOR, José Alves de. *Tramas do cotidiano: religião, política, guerra e negócios no Grão-Pará do setecentos. Um estudo sobre a Companhia de Jesus e a política pombalina*. Pará: Edufpa, 2013; NEVES NETO, Raimundo Moreira das. *Um patrimônio em contendas: os bens jesuíticos e a Magna questão dos dízimos no Estado do Maranhão e Grão-Pará, 1650-1750*. Jundiá: Paco Editorial, 2013. As obras de: ALDEN, Dauril. *The Making of an enterprise: the Society of Jesus in Portugal, its Empire and Beyond 1540-1750*. Califórnia: Stanford University Press, 1996 e ASSUNÇÃO, Paulo de. *Negócios Jesuíticos: o cotidiano da administração dos bens divinos*. São Paulo: Edusp, 2004, analisam, de maneira ampla, a questão econômica da Ordem, sem se deter em propriedades específicas. Já a historiografia sobre as *haciendas* jesuíticas da América hispânica é muito maior e já consolidada. Aqui são citadas, apenas a título de exemplos, as principais obras. A partir da publicação, no ano de 1950, do manuscrito *Instrucciones a los Hermanos jesuítas administradores de haciendas*, por François Chevalier, deu-se início a uma série de trabalhos destinados a entender a funcionalidade das propriedades inicianas em diferentes partes do território que compunha o império espanhol americano. Cf. CHEVALIER, François. *Instrucciones e los Hermanos jesuítas administradores de haciendas*. México: UNAM, 1950; COLMENARES, Germán. *Haciendas de los jesuítas em el Nuevo Reino de Granada, siglo XVIII*, Bogotá, 1969; MACERA, Pablo. *Mapas coloniales de haciendas cuzqueñas*. Lima: Universidad de San Marcos, Seminário de História Rural Andina, 1968; MORNER, Magnus. *Actividades políticas y económicas de los jesuítas em el Rio de la Plata*. Buenos Aires: Hispanoamérica, 1985; KONRAD, Hernan W. *A Jesuit hacienda in colonial Mexico: Santa Lucia, 1576-1767*. California: Stanford University Press, 1980; CUSHNER, Nicholas P. *Jesuit ranches and the agrarian development of colonial Argentina, 1650-1767*. Albany: State University of New York Press, 1983; *Farm and Factory: the Jesuits and the development of Agrarian capitalism in colonial Quito. 1600-1767*. Albany: State University of New York Press, 1982; BRAVO, Guillermo. *La empresa agrícola jesuítica em Chile colonial: administración económica de hacienda y estancias*. In: *Serie Nuevo Mundo*. Cinco Siglos, n. 3, Santiago, 1989; COLMENARES, Germán. *Los jesuítas: modelo de empresarios coloniales*. In: *Boletín Cultural y Bibliográfico*, v. XII, n. 2, Bogotá, 1984; REYNA, Maria del Carmen. *Formación y desintegración de la haciendas de San Francisco de Borja*. México: Instituto Nacional de Antropología e Historia, 1991; LÓPEZ, Celia. *Com la cruz y con el dinero: Los jesuítas del San Juan Colonial*. Santa Fé: Editorial Fundacion Universidad Nacional de San Juan, 2005; MAYO, Carlos A. *Estancia y sociedad em la Pampa, 1740-1820*. Buenos Aires: Editorial Biblos, 2004; BENSO, Griselda de las Mercedes e SIGNORILE, Analía María. *La estancia jesuítica de San Ignacio de Calamuchita: única estancia cordobesa no recuperada*. Córdoba: Ediciones del Boulevard, 2004; NEGRO, Sandra y MARZAL, Manuel M. (Org.). *Esclavitud, economía y evangelización: las haciendas jesuítas em la América Virreinal*. Lima: Pontificia Universidad Católica del Perú, 2005; TARDIEU, Jean-Pierre. *Los esclavos de los Jesuitas del Río de la Plata (Paraguay), 1767.: história de uma dramática regresión*. Saarbrücken: Editorial Acadêmica Espanhola, 2012; MELEAN, Jorge Troisi. *El oro de los jesuítas: la compañía de Jesús y sus esclavos em la Argentina colonial*. Saarbrücken: Editorial Acadêmica Espanhola, 2013; LEVINTON, Norberto. *Arquitectura de la Compañía de Jesús em Buenos Aires: la creación y el passo inclemente del tiempo*. Buenos Aires: Contratiempo Ediciones, 2012.

região economicamente importante para o Império luso no Setecentos. Era através de seu porto que a produção do ouro era escoada e que grande parte das mercadorias entrava, inclusive, escravos. Nas palavras de Manolo Florentino e João Fragoso,

[...] o contínuo crescimento do volume dos negócios fez do porto do Rio de Janeiro o maior e mais importante centro de importação e re-exportação de africanos para o Brasil, suplantando o tráfico realizado por praças tradicionais como Salvador e Recife.³⁴

Os comerciantes do Rio de Janeiro tinham interesses muito mais amplos do que apenas aqueles ligados à escravidão. Antonio Carlos Jucá de Sampaio demonstrou que as relações comerciais envolvendo mercadorias de procedências variadas que eles estabeleciam com outras partes da capitania e mesmo com outras regiões foram decisivas para a consolidação da praça mercantil fluminense.³⁵ Suas pesquisas identificaram que as áreas privilegiadas de trocas econômicas entre a cidade do Rio de Janeiro e as demais regiões da capitania eram o Norte Fluminense, a Região dos Lagos e o Sul Fluminense, todas abastecedoras de alimentos para a cidade.³⁶

Sem minimizar a importância de inúmeras fazendas de grande, médio e pequeno porte e de suas produções é importante destacar que nas três regiões citadas pelo autor, havia fazendas da Companhia de Jesus, produtoras tanto de gêneros agrícolas, como de gado. Considerando apenas a produção de animais, pode-se destacar que os padres mantinham duas grandes fazendas nesta região: a de Campos dos Goytacazes e a de Campos Novos. Em 1757, dois anos antes da expulsão, já eram cerca de 16.580 cabeças de gado vacum e 4.670 de gado cavalari na Fazenda de Campos dos Goytacazes.³⁷ Na Região dos Lagos, localizava-se a Fazenda de Santo Ignácio de Campos Novos, que possuía, em 1707, cerca de 1.500 animais. Em 1759, quando se encerra a fase jesuítica da fazenda, havia 1367 cabeças de gado distribuídas em nove currais. A Fazenda de Santa Cruz, localizada no Sul da capitania, em 1759, contava com 22 currais, 8 mil cabeças de gado, 200 carneiros, 1.200 cavalos e vários burros de serviços.³⁸

Utilizando os relatórios enviados pelos religiosos jesuítas aos seus superiores, percebe-se que os padres priorizaram a criação de gado bovino, mas não abriram mão dos demais. Em 1757, havia 29.141 cabeças de gado bovino; 5.780 equinos e apenas 92 ovinos em suas propriedades do Rio de Janeiro.³⁹ Em fevereiro de 1768, o inventariante da estância de Caroya, em Córdoba, identificou que havia 896 cabeças de gado bovino; 83 mulas; 127 cavalos e 639

³⁴ FRAGOSO, João e FLORENTINO, Manolo G. *O arcaísmo como projeto: Mercado Atlântico, Sociedade agrária e elite mercantil no Rio de Janeiro, c. 1790-1840*. Rio de Janeiro: Diadorim, 1993. p. 34

³⁵ SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de. *Na encruzilhada do Império: hierarquias sociais e conjunturas econômicas no Rio de Janeiro (c. 1650-c.1750)*. Rio de Janeiro: Arquivo nacional, 2003. p. 150.

³⁶ *Ibid.*, p. 161.

³⁷ LEITE, Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945, v. 6, p. 87 e 88.

³⁸ MANSUR, André Luis. *O Velho Oeste carioca: história da ocupação da Zona Oeste do Rio de Janeiro (de Deodoro a Sepetiba)*, do século XVI ao XXI. Rio de Janeiro: Ibis Libris, 2009. p. 61.

³⁹ GAMA, José M. *O patrimônio da Companhia de Jesus na capitania de São Paulo: da formação ao confisco, 1750-1775*. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, São Paulo, 1979.

éguas. O gado bovino era prioridade nessa propriedade, mas a criação de equinos era significativa.⁴⁰ Já a estância de Alta Gracia tinha uma criação mais significativa, pois eram 3.862 cabeças de gado bovino; 6.597 de gado cavalariço, 1.325 mulas, 182 cabras e 180 ovelhas.⁴¹

Os dados fornecidos pelos padres ou pelas autoridades não são constantes e oscilam muito de ano para ano. Isso nos faz pensar que tais números precisam ser relativizados. Cada uma das fazendas que produzia gado dividia os animais em currais menores. Cada curral tinha capacidade para uma quantidade específica de animais e ficava sob os cuidados de um escravo. Realizava-se a contagem do gado de todos os currais, fechava-se o número e enviava-se ao colégio e este, ao receber os dados de todas as fazendas, montava um quadro geral e enviava ao superior em Roma. Mas nada garante que as contagens fossem realizadas com apuro; há inúmeras reclamações sobre os padres coadjutores que administravam essas fazendas. Alguns eram conhecidamente incapazes para o serviço, mas face aos muitos questionamentos acerca do poder econômico dos colégios e da Ordem como um todo, o não lançamento dos números reais pode ter sido utilizado estrategicamente pelos reitores dos colégios. Parte desse gado poderia também ser dos próprios escravos dos jesuítas, pois esta era uma prática relativamente comum entre os padres e seus escravos. Seja como for, os dados acima servem como indicativos de uma preferência pela criação de gado pelos jesuítas ao longo do século XVIII.

A expressiva produção de gado nos colégios inicianos levou a Câmara da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro a solicitar, em 23 de agosto de 1730, que o reitor do colégio apresentasse a autorização de funcionamento de um açougue, que, segundo o documento, estava deixando de pagar os impostos devidos ao vender cortes de carne à população.⁴² No dia 30 do mesmo mês, o reitor do colégio respondeu à Câmara, informando que o açougue já se encontrava fechado havia duas semanas e que só tinha funcionado por um mês porque não houve compradores para suas boiadas, provocando assim, grandes prejuízos ao colégio. O reitor lembrava que o colégio contava com autorização para instalar o açougue, mas que o documento solicitado havia sido queimado por ocasião do incêndio dos cartórios da cidade pelos franceses. Ele manifestou também seu estranhamento diante da afirmação de que a abertura do açougue pelos jesuítas causava prejuízo ao recolhimento dos dízimos para o casamento do rei, já que, em 25 de maio de 1728, o próprio rei havia desincumbido os religiosos de contribuírem com tal donativo. Ao terminar a carta, afirmou que enquanto não obtivesse do rei uma nova permissão, iria cortar e vender seu gado no açougue público, como

⁴⁰ CALVIMONTE, Luis Q. e ALIAGA, Alejandro M. *História de la Estancia de Caroya*. Córdoba: Junta Provincial de História de Córdoba, 2003. p. 51.

⁴¹ CABRERA, Jose Pablo. *Tesoros del pasado argentino; estudios históricos y geográficos de Tucumán*. Córdoba, 1926.

⁴² Carta escrita ao Reitor da Companhia acerca do açougue desta cidade. In: *Revista do Arquivo do Distrito Federal*, v. 1, 1950. p. 76.

faziam vários fazendeiros, e, por isso, solicitava que a Câmara não deixasse de lhes dar esta autorização, uma vez que a concedia a todos que a pediam.⁴³

Esse documento é um claro indicativo dos conflitos abertos ou escamoteados que existiam entre a Câmara e os religiosos inacianos. O edifício da Câmara e o do colégio dos padres ficavam muito próximos, entretanto a solicitação enviada aos padres demorou tanto a chegar aos destinatários que, ao ser recebida, o açougue já estava fechado havia duas semanas. Lembra ainda o reitor que os padres, assim como os demais fazendeiros, tinham o direito de obter autorização para cortar e vender carnes, e ainda mais no caso dos colégios da Companhia, já que o próprio rei havia autorizado sua instalação.

A situação da manutenção dos rebanhos jesuíticos também era um problema para os moradores da capitania. Já no contexto da iminente expulsão dos padres e, portanto, em um momento em que diversas pessoas aproveitaram para demonstrar desagravos aos jesuítas, João Caetano de Souto, morador da região de Campos dos Goytacazes, afirmava que o padre Miguel Lopes, administrador da fazenda do colégio mandava os escravos pegarem “todo o gado espalhado pelos campos que estivesse sem marcas” e juntava então esse gado com o da fazenda, ampliando, assim, o rebanho. Além disso, ele e outros depoentes acusaram o mesmo padre e outros de comprarem boiadas por preços diminutos mediante ameaças feitas aos donos e também de revendê-las por preços abusivos.⁴⁴

O gado também havia sido essencial para os colégios da Companhia da região de Córdoba, mas rapidamente os religiosos perceberam que as mulas eram muito mais necessárias para o transporte constante entre a cidade e a região de Potosi, área de exploração de metais carente de todo o tipo de mercadorias.⁴⁵ Além disso, desde 1588, Córdoba já era um centro de redistribuição de escravos obtidos por meio do comércio legal e do contrabando de peças que vinham do Brasil e que entravam pelo porto de Buenos Aires. Com o estabelecimento da Colônia de Sacramento, em 1680, pelos portugueses, esse comércio ficou ainda mais facilitado

[...] debido a la proximidad de las colônias portuguesas, especialmente con la fundación de Sacramento, em 1680, en la orilla norte del rio de la Plata, frente a Buenos Aires, y la posesión de la isla de San Gabriel en las aguas del río.⁴⁶

Os jesuítas participaram também da fundação de Sacramento, liderando os índios que defenderam a colônia e lutaram ao lado das tropas portuguesas. No dia 10 de fevereiro de 1680, já haviam sido construídas quatro casas na nova colônia e uma delas era dos padres da

⁴³ Cópia da carta do Reverendo Reitor da Companhia escrita ao escrivão da Câmara desta cidade. In: *Revista do Arquivo do Distrito Federal*, v. 1, 1950. p. 77 e 78.

⁴⁴ Arquivo Ultramarino. Ofício ao Bispo do Rio de Janeiro [D. Frei Antônio do Desterro], ao [secretario de estado da Marinha e Ultramar], Tomé Joaquim da Costa Corte Real, remetendo a devassa tirada aos crimes praticados pelo padre da Companhia de Jesus, José Vieira, a quem foi mandado aplicar um castigo exemplar. Documento n. 5582, cx. 57, 10 de dezembro de 1759.

⁴⁵ SCHWARTZ, Stuart B. e LOCKHART, James. *A América Latina na época colonial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. p. 318.

⁴⁶ VILLALOBOS, Sergio R. *El comércio y la crisis colonial*. Santiago: Chile, 1990. p. 41.

Companhia de Jesus. Essa residência estava sob a administração do Colégio do Rio de Janeiro, que, no catálogo de 1683, aparece com duas denominações: "Residência do Rio de la Plata" e "Residência da Nova Colônia dos Portugueses". Em função de inúmeras lutas entre Portugal e Espanha pela região, esta residência também teve altos e baixos.⁴⁷

O interesse português, na época, era apossar-se da região de Montevideu, e, para tanto, os jesuítas da Província do Brasil foram encarregados de aproximar-se dos grupos nativos, o que foi solicitado também dos jesuítas da Província Jesuítica do Paraguai, levando-os a um inevitável confronto na região do Prata. A esses conflitos se seguiram outros, como os que ocorreram por ocasião da Guerra da Sucessão Espanhola (1700-1715), tornando a colônia uma região caracterizada por períodos de prosperidade aos quais se seguiam ataques ordenados pelo governador de Buenos Aires, abandonos e ocupações alternados entre portugueses e espanhóis. Isso fica evidente em uma das tentativas de tomada de Sacramento pelos espanhóis em 1735-1737, quando a fazenda do colégio jesuíta,⁴⁸ localizada fora dos muros da colônia, foi completamente destruída e o gado roubado.

Vale lembrar que, nas primeiras décadas do século XVIII, Buenos Aires já era o centro de maior concentração populacional da Província do Rio da Prata e um importante centro comercial, devido às intensas atividades portuárias. Mas, diferentemente, dos colégios jesuítas de Córdoba e do Rio de Janeiro, o de Buenos Aires passou por inúmeras dificuldades, tanto em função da falta de missionários que o crescimento populacional demandava quanto daquelas decorrentes da falta de recursos, apesar das reiteradas solicitações ao Real Conselho das Índias.

Assim como a fazenda do Colégio de Sacramento, as que se encontravam subordinadas aos colégios instalados no Rio de Janeiro e em Córdoba se dedicaram à criação de gado e também à produção de alimentos (além da cana-de-açúcar, no caso do Rio de Janeiro) para seu próprio abastecimento, para a venda aos moradores das cidades e para o abastecimento de outros colégios da Ordem.⁴⁹ A Fazenda da Papucaia, no Rio de Janeiro, serve bem para demonstrar como os padres mantinham um intenso intercâmbio entre suas estruturas. Nessa propriedade, os inicianos se dedicaram à produção de farinha de mandioca uma vez que, já desde o século XVII, a região era conhecida como grande produtora deste alimento, abastecendo a cidade do Rio de Janeiro e as tropas que ali ficavam ou seguiam para Minas Gerais. Os padres logo perceberam que a farinha de mandioca poderia servir como moeda de troca com o Colégio de Angola, e, assim, "já na segunda década do século XVII" a farinha era

⁴⁷ LEITE, Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945, v. 6, p. 544.

⁴⁸ Cabe ressaltar que em 1717, foi instalada uma nova residência jesuítica em Sacramento, ainda dependente do Colégio do Rio de Janeiro. A prosperidade do colégio jesuíta de Colônia é atestada em documentos enviados pelo Governador ao Rei, nos quais destaca os progressos na catequese dos índios e das atividades econômicas por ele desempenhadas.

⁴⁹ CARDOSO, Vinicius Maia. *Fazenda do Colégio: Família, Fortuna e Escravidão no Vale do Macacu – Séculos XVIII e XIX*. Dissertação de Mestrado. Universidade Salgado de Oliveira (UNIVERSO), Rio de Janeiro, 2009.

usada em um comércio entre Rio de Janeiro e Angola.⁵⁰ Em 1610, o jesuíta Jácome Monteiro, já havia informado aos superiores o quanto o vale do Macacu estava integrado à economia da capitania, produzindo arroz e, mais ainda, farinha de mandioca “da qual se carregam para Angola todos os anos, a troco de peças, quarenta mil alqueires”.⁵¹

Vinte anos depois, a Câmara do Rio de Janeiro ordenou que toda embarcação que saísse dos portos fluminenses rumo a Angola com carregamentos de farinha de mandioca para trocar por escravos, deveria, no seu regresso, deixar os escravos na capitania, não devendo levá-los diretamente para Pernambuco ou Bahia, locais onde o preço destas mercadorias era muito mais elevado e os senhores tinham com que pagar seus valores, diferentemente do Rio de Janeiro. Conforme já visto, os jesuítas vinham fazendo essa troca havia algum tempo, sem se preocuparem com os preços das “peças” ou onde elas seriam colocadas. Em 1738, o reitor do Colégio do Rio de Janeiro, Joannes Pereira, informava que a Fazenda da Papucaia fornecia toda a farinha necessária para o abastecimento do colégio. Em 1757, ela já era considerada “como a mais importante fazenda do colégio na produção de farinha”.⁵²

Utilizada como alimento e como moeda de troca para a obtenção de escravos, a farinha de mandioca promoveu também uma série de adaptações alimentares. Em 1585, entre as inúmeras informações sobre a Província do Brasil que José de Anchieta repassou ao seu superior, estavam as relativas ao plantio da mandioca, sua colheita e seu preparo: “os nossos comem da farinha da terra e dos vinhos e azeites de Portugal, que de lá lhes vem quando lhes vem, porque muitas vezes faltam estas cousas”.⁵³

A farinha de mandioca se encontrava, ainda, entre os inúmeros produtos trocados entre os colégios situados em diferentes partes do Império português. Os colégios do Brasil enviavam para os da Europa vários produtos medicinais, madeiras, animais, frutas, açúcar, algodão, bois, carnes, farinha de mandioca e pau-brasil e recebiam dos colégios portugueses produtos de que necessitavam, tais como azeite, vinho, remédios e tecidos. E do Colégio de Angola recebiam escravos que eram trocados, justamente, por farinha de mandioca. Mas havia ainda outro vértice nessa circulação de mercadorias e que pode ser encontrado na menção a alguns objetos asiáticos e africanos na documentação produzida no ato de sequestro e inventários dos bens dos jesuítas da capitania do Rio de Janeiro. Em 1759, quando a fragata dos jesuítas foi apreendida, havia um número considerável de louças e materiais, destacando-se dentre eles a “Louça da Índia com 257 pratos de (*sic*) guardanapo azul e branco”.⁵⁴ Na Fazenda de Macaé, os inventariantes encontraram “uma sopeira da Índia, cinco pratos de

⁵⁰ SOARES, Mariza de Carvalho. O vinho e a farinha, “zonas de sombra” na economia Atlântica no século XVII. *Revista População e Sociedade*, n. 16, 2008, p. 215-232.

⁵¹ LEITE, Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945, v. 8, apêndice, p. 398.

⁵² *Ibid.*, v. 6, p. 114.

⁵³ ANCHIETA, José de. Informação da Província do Brasil. In: *Cartas, informações, fragmentos históricos e sermões*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1988. p. 436.

⁵⁴ Arquivo Nacional Torre do Tombo, Catálogo Desembargo do Paço, Repartição da Corte, Extremadura e Ilhas. 1759-1760- maço 2038. Translado do auto de inventário que se fez da fragata dos padres da Companhia e mais bens dela pertencentes. Doc. n. 3.

louça da Índia azul, quatro sãos e um quebrado, uma esteira pequena de Angola e uma grande de pau também de Angola”.⁵⁵

Se, por um lado, como procuramos demonstrar, os colégios da Companhia de Jesus na América ultrapassaram a sua função primordial que era a de formar os quadros da Ordem ao se dedicarem a outras atividades econômico-produtivas, das quais resultavam uma intensa produção e sua comercialização, por outro, é preciso reconhecer seu importante papel na circulação de conhecimentos, contribuindo de forma decisiva para a cultura científica na América. Essa singular condição é atestada na instalação de boticas e bibliotecas nos colégios jesuíticos⁵⁶ e nos bens relacionados nos inventários realizados após a decretação de sua expulsão dos domínios ibéricos coloniais. Os contatos e as trocas entre os diversos colégios da Ordem não se davam, portanto, exclusivamente no âmbito das mercadorias, podendo ser também observados na circulação de medicamentos e de receituários para a cura de doenças específicas que a documentação jesuítica registrou.⁵⁷

As informações que temos sobre as bibliotecas jesuíticas no Brasil foram, até hoje, obtidas somente por meio de documentação secundária, como as cartas e notícias citadas nos trabalhos do historiador jesuíta Serafim Leite, ou os inventários e autos de sequestro de bens produzidos nos contextos da expulsão da Companhia de Jesus dos domínios ibéricos. A análise dos inventários – o de 1759 e o de 1768 – revela que os acervos das bibliotecas dos colégios que a Companhia de Jesus mantinha no Brasil Colônia eram livrarias “especializadas”, que estavam voltadas às necessidades missionárias e, acima de tudo, às disciplinas que ministravam, com destaque para humanidades, matemática, filosofia e teologia, além de direito civil e história.⁵⁸ Ressaltando o papel desempenhado pelos colégios jesuíticos,⁵⁹ Serafim Leite informa que os colégios da Bahia e do Rio de Janeiro, além de terem as boticas mais bem providas de medicamentos, eram também os responsáveis pela sua distribuição – através de

⁵⁵ AMANTINO, Marcia. Auto de sequestro e inventário que Dor. João Cardozo de Azevedo Desembargador dos Aggravos da Rellação do Rio de Janeiro mandou fazer em virtude da ordem abaixo copiada da fazenda de Macaé que tem os pes. da Comp. do Collegio da mesma cidade no caminho que vai para os lados denominados Campos dos Gaytacazes. In: *CLIO, Revista de Pesquisa Histórica*. n. 27-2, 2009. p. 258-259.

⁵⁶ Sabe-se que a primeira botica no território do Rio da Prata foi instalada em Córdoba, na terceira década do século XVII, pelos jesuítas, prevendo o atendimento de enfermos “con propósitos de caridad”. Acredita-se que, em Buenos Aires, somente em 1680 tenha sido aberta a primeira botica pública, que passou a fornecer águas simples e espirituosas, xaropes, infusões, azeites, unguentos e emplastros, bálsamos, tinturas, sais, pílulas e drogas tóxicas. De acordo com Furlong, o padre Altamira Santafesino “fue el primero en montar y organizar en Candelaria, la más importante de las reducciones, una botica que sirviera para todas ellas” FURLONG, Guillermo. *Misiones y sus Pueblos de Guaraníes*. Buenos Aires: Teorema, 1962. p. 604. Quando em 1767, os jesuítas foram expulsos, “el establecimiento dejó de funcionar hasta 1881, en que la Junta de Temporalidades – encargada de la administración de los bienes de dichos religiosos – la arrendo [...]” FURLONG, Guillermo. *Médicos argentinos durante la dominación hispánica*. Buenos Aires: Huarper, 1947. p. 63.

⁵⁷ Sobre este tema, recomenda-se ver mais em: FLECK, Eliane Cristina Deckmann. *Entre a caridade e a ciência: a prática missionária e científica da Companhia de Jesus (América platina, séculos XVII e XVIII)*. São Leopoldo Oikos; Editora Unisinos, 2014.

⁵⁸ Ver mais em: SILVA, Luiz Antônio Gonçalves da. As bibliotecas dos jesuítas: uma visão a partir da obra de Serafim Leite. In: *Perspectivas em Ciência da Informação*, v. 13, p. 219-237, maio/ago. 2008; MORAES, Rubens Borba. *Livros e bibliotecas no Brasil Colonial*. Brasília: Briquet de Lemos Livros, 2006.

⁵⁹ Para outros colégios da América portuguesa, ver: COUTO, Jorge. *O Colégio Jesuítico do Recife e o destino de seu patrimônio (1759-1777)*. Dissertação (Mestrado em História Moderna de Portugal). Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa, 1990.

remessas a outros colégios jesuíticos ou, então, da venda – para outras regiões do Império português.⁶⁰ As rendas obtidas, segundo o historiador jesuíta, eram aplicadas na “compra de novos medicamentos”⁶¹ e de “livros para a biblioteca do colégio sem que o Reitor possa dar outra aplicação.”⁶²

A existência de boticas em fazendas – ou estâncias – mantidas pela Companhia de Jesus, tanto na América espanhola quanto na portuguesa, pode ser comprovada nos inventários que delas foram feitos após a expulsão da Ordem dos domínios coloniais ibéricos, nos quais se encontram relacionados não apenas remédios, mas também instrumentos cirúrgicos, livros – impressos e manuscritos – e receituários. Instaladas em algumas das regiões de atuação da Companhia, essas fazendas encontravam-se vinculadas diretamente aos colégios, sendo percebidas como “centros de coesão e de produção e mesmo de prosperidade, [pois, sem eles] não haveria civilização nem apoio da catequese”.⁶³ Nessas fazendas, os missionários jesuítas também se dedicaram às artes de curar, realizando experimentos com plantas medicinais e com procedimentos terapêuticos para diversas doenças, coletando informações, sistematizando-as e fazendo-as circular entre as aldeias, as reduções, os colégios e as demais fazendas jesuíticas espalhadas pelos domínios coloniais ibéricos.

Nelas, encontramos boticas abastecidas com unguentos,⁶⁴ óleos, purgas e vomitórios originários de regiões dos impérios e da Europa, ingredientes que eram empregados em receitas indicadas para um grande número de doenças, apontando para a circulação – ou comércio – de medicamentos e plantas medicinais, numa troca de experiências que ultrapassava aquela que era feita, exclusivamente, por intermédio da rede epistolar mantida

⁶⁰ Sabe-se que o Colégio do Maranhão, através de sua “Botica do Mar”, abastecia o litoral em direção ao norte, chegando até o Pará, o que confirma que os jesuítas também possuíam embarcações que transportavam remédios ao longo da costa. Ver mais em: LEITE, Serafim. *Serviços de saúde da Companhia de Jesus no Brasil* (1544-1760). Lisboa: Typografia do Porto, 1956. A prática de envio de navios com alimentos e medicamentos para socorro de vilas e aldeias também pode ser constatada na Carta do Governador e capitão-geral do estado do Maranhão ao Rei D. João V, em 2 de setembro de 1725, na qual ele informa: “desejei socorre-los [...] as câmaras de Pernambuco me escreverão pedindo-me remédio, e mandando os ditos dois navios os quais carregarão [...]” (Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), Documento 757, 1725). O segundo inventário do Colégio do Pará, datado de 1760, informa que sua botica possuía, além de 20 tomos de medicina, recipientes diversos, estantes com mais de 400 remédios, fornalhas, alambiques, almofarizes de mármore, ferro e marfim, armários, frascos e potes de várias cores e tamanhos, balanças, pesos, medidas, tachos de cobre, de barro, bacias, prensas, tenazes, enfim, todo um aparato técnico para a confecção dos medicamentos.

⁶¹ Em *Artes e ofícios da Companhia de Jesus no Brasil*, o historiador jesuíta Serafim Leite aponta a importância das boticas jesuíticas na colônia afirmando que: “A necessidade local obrigou, pois, os jesuítas a terem abundante provisão de medicamentos; e também logo a procurarem os que a terra podia dar, com as suas plantas medicinais, que começaram a estudar e utilizar em receitas próprias [...]”. LEITE, Serafim. *Artes e Ofícios dos Jesuítas no Brasil* (1549-1760). Lisboa: Ed. Brotéria, 1953.

⁶² Ver mais em: LEITE, Serafim. *Ibid.*

⁶³ Como já observado anteriormente, estas propriedades [as fazendas] produziam e geravam lucros que eram distribuídos entre os diferentes colégios das províncias jesuíticas do império ultramarino português e espanhol. Aliás, a montagem e a manutenção dessas estruturas econômicas agrárias por parte da Companhia de Jesus foram sempre justificadas pela estreita vinculação entre elas e a garantia do êxito do projeto evangelizador e colonizador. Para os jesuítas, a situação não mudou muito do século XVI até a primeira metade do século XVIII e a documentação dos inventários de suas fazendas dá conta do patrimônio e do poder exercido pelos inicianos, situação que se alteraria, no caso da América portuguesa, em 1759 e, em 1767, da América espanhola, devido à expulsão.

⁶⁴ “Es todo lo que sirve para ungir ó untar”. PICATOSTE, Felipe. *Diccionario Popular de la Lengua Castellana*. Madrid: Est. Tip. Editorial de G. Estrada, Dr. Fouquet, 1887.

entre membros da ordem jesuíta.⁶⁵ Considerando, especificamente, a Fazenda de Santa Cruz,⁶⁶ administrada pelo Colégio do Rio de Janeiro, os inventários de seus bens – realizados por ordem régia, após o decreto de expulsão dos jesuítas da América portuguesa – confirmam não só a existência de uma botica⁶⁷ e de um hospital, no qual escravos atuavam como aprendizes de cirurgia, enfermeiros e barbeiros, como também o acesso que seus administradores tinham a obras de medicina e a ingredientes e medicamentos procedentes dos vários continentes em que a Ordem atuava.⁶⁸

Já os inventários feitos em 1768 e 1772 dos bens do Colégio de Córdoba deixam claro que a sua botica estava abastecida de quantidades e qualidades diversas de medicamentos, tendo em vista o atendimento que prestava tanto aos membros da Ordem quanto às pessoas que recorriam a ela, em busca do alívio dos sintomas ou da cura das doenças. Entre os fármacos arrolados nos inventários, alguns chamaram a atenção pela sua recorrência, o que parece ser um indicativo de seu uso constante e até necessário no tratamento de algumas enfermidades. Entre as plantas, destacamos o funcho, utilizado na composição de águas, azeites destilados e pós. O absinto – ou losna – era utilizado no preparo de lamedores, tinturas, azeites e águas e o corno de cervo era empregado como espírito, sal volátil e pó. Curiosamente nenhuma dessas plantas é originária da América, ainda que, nesse período, possivelmente, já estivessem aclimatadas e pudessem ser encontradas nos herbários mantidos pelos jesuítas.

⁶⁵ Em artigo sobre as fazendas jesuíticas de Campos Novos e Campos dos Goytacazes, afetas ao Colégio dos Jesuítas do Rio de Janeiro, Heloísa M. Gesteira ressalta que a presença de remédios e de livros nas boticas existentes nessas fazendas permite “repensar a circulação de idéias e práticas medicinais na América portuguesa”, e, ainda, “perceber no interior da Capitania do Rio de Janeiro, especificamente nas fazendas do Colégio dos Jesuítas, um pólo receptor de uma cultura médica marcada pela utilização de plantas nativas e também por referenciais atualizados da cultura médica lusitana”. GESTEIRA, Heloísa Meireles; TEIXEIRA, Alessandra dos Santos. As fazendas jesuíticas em Campos dos Goytacazes: práticas médicas e circulação de ideias no Império português (séculos XVI ao XVIII). In: *Clio – Série Revista de Pesquisa Histórica*. Recife, n. 27-2, p. 117-144. 2009.

⁶⁶ Uma das maiores propriedades rurais americanas dos jesuítas situava-se, justamente, no Rio de Janeiro e chamava-se Santa Cruz, um imenso latifúndio que contava com mais de cem léguas quadradas, que se dedicava à pecuária e produção agrícola e manufatureira, razão pela qual possuía olaria, ferraria, carpintaria, curtume, oficinas de ourivesaria, teares e uma botica. Sabe-se que a Fazenda de Santa Cruz possuía uma muito bem abastecida botica, com febrífugas; anti-helmínticos; lenho de *guaiaco*, cuja resina era usada no tratamento de reumatismo, de doenças de pele e da sífilis e também com quina, eficaz no combate de febres intermitentes.

⁶⁷ As boticas dos colégios jesuítas eram, geralmente, constituídas por uma sala e por uma oficina, além de uma espécie de loja, através da qual disponibilizavam medicamentos ao público. Os recursos oriundos dessas vendas eram reinvestidos na própria botica e na aquisição de novos medicamentos e livros para sua biblioteca. Em muitas cidades e vilas, essas boticas eram as únicas disponíveis e, em regiões onde existiam outras farmácias, elas as abasteciam, como foi o caso da botica do Colégio do Rio de Janeiro, que, em 1706, era dirigida por um irmão, que possuía grandes conhecimentos e elaborou inúmeras receitas. Ver mais em: SANTOS FILHO, Licurgo. *História geral da medicina brasileira*. São Paulo: HUCITEC; EDUSP, 1991.

⁶⁸ Entre os medicamentos e ingredientes relacionados nos inventários dos bens da Fazenda de Santa Cruz, administrada pelo colégio jesuítico do Rio de Janeiro, encontravam-se vomitórios de quintílio e de tártaro; purgas de jalapas, de resina e de rum; óleo de copaíba, de rosas e de amêndoas; salsaparrilha; basilicão; latas de triaga brasílica e de trementina; unguentos; azeites e pós que eram empregados como anti-helmínticos. Essas listagens parecem confirmar que tanto na América espanhola quanto na portuguesa, os jesuítas que se dedicavam às artes de curar, não apenas contavam com boticas bem abastecidas para o atendimento de doentes, como apontam para a utilização e a circulação de plantas medicinais e de produtos originários da Europa, da Ásia, da África e da América.

Ainda que tenham se dedicado ao estudo das propriedades das plantas medicinais nativas da América,⁶⁹ os jesuítas jamais desconsideraram os conhecimentos já consagrados da botânica médica e as novidades tanto em termos de fármacos quanto de procedimentos terapêuticos que lhes chegavam da Europa. Alguns dos compostos arrolados nos inventários sugerem sua origem europeia, como o sal da Inglaterra e o vitríolo da Hungria e também o unguento chamado Aragon, provavelmente, oriundo da região de Aragão, na Espanha. Além dos fármacos, também utensílios fundamentais para o funcionamento da botica eram importados do Velho Mundo, como se pode constatar em potes, vasilhas e jarras feitos com “losa de Sevilla”, que aparecem relacionados.

Se, por um lado, os inventários da botica do Colégio de Córdoba – por sua própria finalidade – se caracterizam pela quantificação dos bens e pela estimação de valores, por outro, eles nos oferecem uma série de elementos que permitem não somente a reconstituição das condições de saúde da população da América platina no século XVIII e da atuação dos membros da Companhia de Jesus como médicos, boticários, enfermeiros e cirurgiões, mas também da circulação, apropriação e produção de conhecimentos de Medicina e de Farmácia, como evidenciado nos livros, instrumentos e medicamentos neles arrolados.⁷⁰

Nessa perspectiva, as boticas instaladas nas reduções, nas fazendas ou nos colégios da Companhia constituíram-se em um espaço de referência para o tratamento de enfermidades na região platina, para a realização de experimentos científicos no âmbito da Medicina e da Farmácia e, sobretudo, para a circulação de conhecimentos e de medicamentos entre os colégios instalados nas mais diversas regiões de atuação dos jesuítas. Os inventários consultados, tanto os do Colégio do Rio de Janeiro quanto os do Colégio de Córdoba, evidenciam, portanto, a efetiva rede de circulação de mercadorias (medicamentos preparados e plantas e ervas *in natura*), instrumentos (utilizados no tratamento de doentes e em cirurgias) e de saberes (tratados de medicina e de cirurgia, compêndios de botânica médica e receituários) que os membros da Companhia de Jesus construíram ao longo dos três séculos que antecederam o decreto de expulsão da Ordem da América e o papel central que os colégios, as fazendas e as *haciendas* desempenharam para sua manutenção.

⁶⁹ Referindo-se à América portuguesa, Márcia M. Ribeiro destaca algumas das dificuldades que motivaram o investimento dos europeus na farmacopeia local: “Distante das boticas europeias, desarmado perante certas moléstias e pouco familiarizado com as plantas medicinais do Brasil, o colonizador submetia-se facilmente aos ensinamentos dos naturais, procurando, à medida do possível, combiná-los com vagas noções terapêuticas que trouxera da metrópole. Tratando-se de moléstias conhecidas na Europa, as coisas eram menos complicadas, mas no caso de infortúnios próprios da Colônia, o aprendizado com o indígena era essencial e por isso mesmo se processou com vigor”. RIBEIRO, Márcia Moisés. *A ciência dos trópicos: a arte médica no Brasil do século XVIII*. São Paulo: HUCITEC, 1997.

⁷⁰ Esta não parece ter sido a situação de algumas das reduções mantidas pela Companhia de Jesus, como se pode constatar na recomendação – feita pelo padre José Cardiel – de que os missionários que se dirigiam à América no século XVIII trouxessem alguns livros, inclusive de “medicina casera”. CARDIEL, José Apud FURLONG, Guillermo. *José Cardiel y su Carta Relación* (1747). Buenos Aires: Librería del Plata, 1953.

Conclusão

Desde sua fundação, a Companhia de Jesus desfrutou da proteção concedida pelos reis de Portugal e da Espanha, tanto na Europa quanto nas terras de missão no Oriente e no Ocidente, uma condição privilegiada que seria contestada inúmeras vezes, como procuramos evidenciar ao longo do texto. Na segunda metade do século XVIII, a Ordem seria alvo de uma campanha condenatória desencadeada pelo ministro de D. José I, Sebastião José de Carvalho e Melo, que adotou uma série de medidas fundadas no regalismo e no anticlericalismo, das quais resultaram a expulsão da Companhia dos domínios coloniais ibéricos e sua posterior extinção como ordem religiosa.

Imbuídos do espírito da Contrarreforma, os membros da Companhia de Jesus se encaminharam para diferentes territórios ultramarinos, nos quais se dedicaram a uma série de atividades, de acordo com seus talentos e as necessidades das províncias que os receberam, quer nos domínios coloniais do Império português, quer nos sob jurisdição da Espanha. Nesses espaços e para além de seu envolvimento primordial com a missão, a Companhia de Jesus acabou por envolver-se com a administração de suas propriedades – colégios, reduções e fazendas –, a partir dos quais se desencadeou um intenso processo de circulação de mercadorias, saberes e práticas entre a América, a África e a Europa, que parece apontar, inequivocamente, para a ação global e para as conexões imperiais da Ordem.

A capacidade que os colégios tinham de se conectar com diferentes partes do mundo fez deles um excelente veículo de propagação tanto de conhecimentos quanto de mercadorias. Os inicianos participavam ativamente das redes comerciais, conseguindo fazer chegar, através delas, os produtos oriundos de suas propriedades instaladas nas terras de missão na América. Tais produtos eram trocados entre os diferentes colégios das províncias jesuíticas do império ultramarino português e espanhol ou eram vendidos nos mercados, quer fossem eles legais ou não. A montagem e a manutenção dessas estruturas econômicas agrárias por parte da Companhia de Jesus foram sempre justificadas pela estreita vinculação entre elas e a garantia do êxito do projeto evangelizador e colonizador. Sua autonomia financeira era primordial para garantir a continuidade de suas atividades missionárias. As críticas de que foram alvo os religiosos da Companhia de Jesus foi que, de qualquer maneira, quer pela troca, quer pela venda, seus produtos eram livres de taxas alfandegárias e, desta forma, as coroas ibéricas não lucravam nada e os colonos acabavam sofrendo o que entendiam ser uma concorrência desleal, uma vez que os produtos daqueles eram sempre mais baratos, pois não pagavam os impostos.

De qualquer forma, a despeito das críticas e dos conflitos nos quais se envolveu, a Companhia administrou propriedades bastante lucrativas na América portuguesa e espanhola, redistribuindo as mercadorias e os lucros que produziam e geravam entre as demais estruturas organizacionais da Ordem. Essa situação não se alterou significativamente até a primeira metade do século XVIII, e os inventários das fazendas e *haciendas* da Companhia comprovam

o patrimônio construído e, conseqüentemente, o poder que os jesuítas exerceram até 1759, no caso da América portuguesa, e até 1767, na América espanhola, quando foram expulsos dos domínios coloniais ibéricos.

Marcia Amantino: É autora do livro *O Mundo das Feras: os moradores do sertão Oeste de Minas Gerais, século XVIII* (2008) e coorganizadora de *A Companhia de Jesus na América por seus colégios e fazendas: aproximações entre Brasil e Argentina, século XVIII*. Rio de Janeiro: Garamond (2015); *Santa Cruz: de legado dos jesuítas a pérola da Coroa* (2013); *História dos homens no Brasil* (2013); *Escravidão, mestiçagens, ambientes, paisagens e espaços* (2011); *História do Corpo no Brasil* (2011); *Povoamento, Catolicismo e escravidão na Antiga Macaé (séculos XVI-XIX)* (2011). Possui também artigos publicados em periódicos brasileiros e internacionais, elaborados individualmente ou em parcerias com historiadores nacionais, destacando-se nos últimos anos, as produções sobre a economia da Companhia de Jesus e sobre a escravidão de negros e de índios na capitania do Rio de Janeiro, bem como sobre seus processos de mestiçagem entre os séculos XVII e XIX.

Eliane Cristina Deckmann Fleck: É autora dos livros *Enlaçar Mundos - Três jesuítas e suas trajetórias no Novo Mundo* (2014); *Entre a caridade e a ciência: a prática missionária e científica da Companhia de Jesus (América platina, séculos XVII e XVIII)* (2014) e *As artes de curar em um manuscrito jesuítico inédito do Setecentos: um estudo do Paraguay Natural Ilustrado do padre José Sanchez Labrador (1771-1776)* e coorganizadora de *A Companhia de Jesus na América por seus colégios e fazendas: aproximações entre Brasil e Argentina, século XVIII* (2015). É também autora de capítulos de livros e de artigos publicados em periódicos nacionais e internacionais, que versam, especialmente, sobre a atuação missionária e científica da Companhia de Jesus na América luso-hispânica nos séculos XVII e XVIII.